
NOR - PRO - 102- 02 DISPENSA E INEXIGIBILIDADE

1. OBJETIVO

- 1.1. Estabelecer normas e procedimentos para a formalização dos processos de despesa, através de dispensa e inexigibilidade de licitação, referentes às contratações de prestação de serviços, ao fornecimento de bens permanentes e de consumo, e às obras e serviços de engenharia.

2. AMPLITUDE

- 2.1. No âmbito da Administração Direta e Indireta. (Art. 1º e § 1º do art. 1º do RGCAF)

3. DIRETRIZES

3.1. AUTORIZAÇÃO

- As autoridades competentes para autorizar a dispensa ou inexigibilidade de licitação são as discriminadas no art. 252 do CAF e no art. 397 do RGCAF (redação dada pelo Decreto nº 20.399, de 10/08/01), a seguir transcritos:
 - I - o Prefeito;
 - II - as autoridades do Poder Legislativo indicadas no respectivo regimento;
 - III - o Presidente do Tribunal de Contas;
 - IV - o Secretário-Chefe de Gabinete do Prefeito, os Secretários Municipais, o Controlador Geral do Município e o Procurador Geral do Município;
 - V - os titulares de autarquias, de acordo com disposições de lei ou decreto.
- Estende-se ao Subsecretário de Assuntos Administrativos do Gabinete do Prefeito, ao Subcontrolador Geral do Município, ao Subprocurador Geral do Município, aos Subsecretários, aos Chefes de Gabinete dos Secretários Municipais e aos Coordenadores Regionais de Educação e seus respectivos Assessores-Adjuntos, essa competência (§1º do art. 397 do RGCAF com a redação dada pelo Decreto nº 20.399, de 10/08/01).
- As autoridades referidas nos incisos I a III anteriores podem delegar competência para autorização prevista neste item, conforme o § 1º do art. 252 do CAF.

3.2. DISPENSA DE LICITAÇÃO

- A dispensa de licitação somente poderá ser realizada com base nos incisos do art. 24 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm.

NOR - PRO - 102- 02 DISPENSA E INEXIGIBILIDADE

- As obras, os serviços e as compras contratadas com base nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93 pelas Sociedades de Economia Mista, Empresas Públicas, bem assim Autarquias e Fundações qualificadas na forma da lei como Agências Executivas, deverão respeitar os limites previstos na alínea “a” dos incisos I e II do art. 23 da mesma Lei. (Art.1º do Decreto nº 17.064, de 09/10/98)
- Os processos de dispensa, exceto nos casos dos incisos I e II do artigo 24, e inexigibilidade de licitação serão instruídos, no que couber, com os seguintes elementos: (Parágrafo único do art. 26 da Lei nº 8.666/93)
 - I. Caracterização de situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;
 - II. Razão da escolha do fornecedor ou executante;
 - III. Justificativa do preço; e
 - IV. Documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados (exclusivo para o inciso XXI do art. 24 da Lei nº 8.666/93).

3.3. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

- É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, conforme os incisos do art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm.
- As declarações, os atestados e os certificados expedidos pelos órgãos competentes para comprovar a exclusividade de fornecimento nas contratações por inexigibilidade de licitação, fundamentada no inciso I do art. 25 da Lei n.º 8.666/93, somente serão aceitos com prazo de validade expresso no documento e desde que o mesmo não seja superior a 90 (noventa) dias da data de sua emissão. (Art. 1º do Decreto nº 21.783, de 23/07/02)

3.4. RESERVA ORÇAMENTÁRIA

- É obrigatório o preenchimento do planejamento de liquidação para todas as reservas de dotação no Sistema FINCON NT, observando o Decreto de Execução Orçamentária de cada ano. (Manual do Usuário do FINCON NT)
 - Mensalmente a Assessoria de Orçamento emitirá relatório em que fiquem caracterizadas todas as retificações de programação da liquidação, enviando à Comissão de Programação Financeira e Gestão Fiscal, que na medida em que as retificações gerem impacto para programação financeira sugerirá a aplicação do Decreto n.º 19.457/01, alterado pelo Decreto nº 20.477, de 28/08/01.

NOR - PRO - 102- 02 DISPENSA E INEXIGIBILIDADE

3.5. INSTRUMENTO CONTRATUAL

- A critério da autoridade competente, pode ser exigido do contratado prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras. (Art. 56 da Lei nº 8.666/93)
- A obrigatoriedade ou faculdade do instrumento de contrato segue as regras do art. 62 da Lei nº 8.666/93 ou quando a administração municipal determinar.
- No caso de contratação de bens e serviços relacionados à Tecnologia de Informação, fará parte do Contrato o Termo de Referência aprovado pela Portaria IPLANRIO "N" nº 131, de 11/06/10. (Art. 3º da Portaria IPLANRIO "N" nº 131, de 11/06/10).

3.6. CONTRATAÇÕES ESPECÍFICAS

- As contratações de serviço de treinamento deverão ser submetidas ao titular do órgão, ao Secretário Municipal de Administração ou ao Prefeito, quando o custo por servidor ultrapassar os valores previstos no art. 7º do Decreto nº 31.614, de 18/12/09.
- Nas contratações de bens e serviços de Tecnologia de Informação, efetuadas diretamente pelos Órgãos Usuários, os Projetos Básicos e Termos de Referência, relativos aos projetos constantes do Plano Anual de Trabalho, devem, obrigatoriamente, ser submetidos previamente à IPLANRIO, para análise técnica quanto à viabilidade, economicidade, integração tecnológica, integração de dados e sistemas, qualidade e aderência aos padrões. (Art. 13 do Decreto nº 30.648, de 05/05/09)
- Os contratos administrativos visando à prestação de serviços de limpeza e conservação de forma continuada em imóveis públicos de uso essencialmente administrativo, celebrados por órgãos ou entidades da Administração Pública direta, indireta e Fundacional do Município do Rio de Janeiro, reger-se-ão pelo no Decreto nº 16.125, de 1º/10/97 e Decreto nº 15.206, de 18/10/96.
- Nas contratações para aquisição de bens e materiais de origem externa deverão ser observados os seguintes dispositivos: Decretos nº 14.331/95, nº 24.036/04, nº 33.880/11, nº 33.927/11, Resolução Conjunta SMA/SMF nº 07/95 e Resolução SMA nº 1.093/03)

3.7. TRIBUNAL DE CONTAS

- Devem ser remetidos ao Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, podendo ser remetidos em formato digital: (inciso II e § 4º do art. 218 da Deliberação TCM nº 183/2011)

NOR - PRO - 102- 02 DISPENSA E INEXIGIBILIDADE

- No prazo de 03 (três) dias úteis do prazo fixado para publicação, como condição de sua validade, cópia dos atos de dispensa ou de reconhecimento da inexigibilidade de licitação por concorrência ou tomada de preços, devidamente fundamentados e com justificativa pormenorizada, bem como a ratificação pela autoridade superior, quando for o caso. (inciso II, alínea “a”, item 2, do art. 218 da Deliberação TCM nº 183/2011)
- No prazo de 10 (dez) dias de sua publicação cópia dos contratos formais, termos aditivos e instrumentos congêneres decorrentes de dispensa ou inexigibilidade, acompanhados de cópia de sua publicação e de todo o documentário que os integram. (inciso II, alínea “d”, item 1, do art. 218 da Deliberação TCM nº 183/2011)
- Os órgãos e entidades deverão também remeter ao Tribunal de Contas do Município no prazo de 30 (trinta) dias do mês subsequente àquele a que se referirem listagem dos atos de dispensa e inexigibilidade de licitação, à exceção dos previstos nos incisos I e II do art. 24 da Lei federal nº 8.666, de 1993, relacionando natureza, data, publicação, fundamentação, objeto, valor, destinatário e número do processo administrativo. (inciso II, alínea “f”, item 2, do art. 218 da Deliberação TCM nº 183/2011)

NOR - PRO - 102- 02 DISPENSA E INEXIGIBILIDADE

4. PROCEDIMENTOS

ASSESSORIA DE ORÇAMENTO

- 4.1. Recebe o processo de Solicitação de Despesa (NOR-PRO-101).
- 4.2. Faz a Reserva de Dotação Definitiva no Sistema FINCON NT, que deverá ser nominal ao favorecido. (Manual do Usuário do FINCON NT; inciso VIII dos arts. 8º e 9º do Decreto nº 27.067/06, art. 1º e 2º do Decreto nº 20.483/01, art. 1º da Resolução CGM nº 341, de 31/08/01)
- 4.3. Imprime o Acompanhamento da Reserva de Dotação no Sistema FINCON NT, juntando-a ao processo.
- 4.4. Efetua o Planejamento da Despesa no Sistema FINCON NT, informando o valor total da despesa, por favorecido, distribuindo pelos exercícios em que ocorrerá, inclusive o corrente. (Manual do Usuário do FINCON NT)
- 4.5. No caso de haver instrumento de contrato, envia o processo à Comissão Permanente de Licitação ou órgão responsável.
 - 4.5.1. Caso não haja instrumento de contrato, envia processo à Procuradoria Administrativa da Procuradoria Geral do Município ou órgão equivalente da Administração Indireta (segue item 4.11).

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO OU ÓRGÃO RESPONSÁVEL

- 4.6. Elabora a minuta de instrumento de contrato nos termos da legislação em vigor, se houver necessidade, com orientação da Administração ou do órgão jurídico, apensando-a ao processo. (Art. 62 da Lei nº 8.666/93)
- 4.7. Emite a Declaração de Conformidade (FORMULÁRIO 100-04) garantindo que sua minuta de contrato está de acordo com as minutas-padrão estabelecidas pelo Decreto nº 23.814, de 15/12/03, e suas alterações, indicando e justificando os pontos alterados. A Declaração de Conformidade com as minutas-padrão obedecerá ao modelo constante no anexo I do Decreto nº 31.606, de 18/12/09. (Decreto nº 31.606, de 18/12/09; Art. 1º Resolução PGM nº 675, de 04/05/10)
- 4.8. Preenche o Relatório de Instrução Processual Mínima (FORMULÁRIO 100-05) estabelecido pela Resolução PGM nº 675, de 04/05/10. (<http://pgm/Intra/decreto31606 anexo.doc>) (Art. 1º e Art. 2º da Resolução PGM nº 675, de 04/05/10)

NOR - PRO - 102- 02 DISPENSA E INEXIGIBILIDADE

4.9. Envia o processo à Procuradoria Administrativa da Procuradoria Geral do Município ou órgão equivalente da Administração Indireta ¹. (Decreto nº 24.950/04)

PROCURADORIA ADMINISTRATIVA OU ÓRGÃO EQUIVALENTE DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

4.10. Analisa e aprova a minuta de instrumento de contrato. (Parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93 e Decreto nº 23.814/03, art. 2º do Decreto nº 20.399, de 10/08/01)

4.10.1. Caso não aprove a minuta, retorna à Comissão Permanente de Licitação ou órgão responsável, para as devidas correções.

4.11. Emite o pronunciamento quanto à juridicidade do objeto, juntando-o ao processo, conforme Decreto nº 23.814/03.

4.12. Envia o processo à Gerência de Infraestrutura e Logística ou órgão equivalente da Administração Direta e Indireta.

GERÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA OU ÓRGÃO EQUIVALENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

4.13. Nos casos de contratação de prestação de serviços com mão de obra preponderante (exceto os serviços de limpeza, vigilância, treinamento, palestras e contratação de artistas), através de pessoas físicas ou jurídicas, submete o processo obrigatoriamente à análise e parecer da CODESP. (Art. 1º e parágrafo único do Decreto nº 32.161, de 20/04/10, com a redação dada pelo Decreto nº 36.680, de 1º/01/13)^{2 3}

4.13.1. Os casos em que não se enquadram na contratação prevista no item anterior, envia o processo à Gerência de Infraestrutura e Logística ou órgão equivalente da Administração Direta e Indireta, para a contratação (NOR PRO 103).

COMISSÃO DE PROGRAMAÇÃO E CONTROLE DA DESPESA - CODESP

4.14. Analisa processo e emite parecer.

¹ Os processos administrativos encaminhados à Procuradoria Geral do Município sem a Declaração de Conformidade com a Minuta-Padrão e o Relatório de Instrução Processual Mínima serão devolvidos ao órgão de origem. (Art. 3º da Resolução PGM nº 675, de 04/05/10)

² As contratações previstas no inciso V do art. 13 da Lei nº 8.666/93 (...V – patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas) deverão ser submetidas diretamente à PGM, dispensado o encaminhamento à CODESP. (Art. 3º do Decreto nº 32.161, de 20/04/10 e Deliberação CODESP nº 86, de 05/07/13)

³ O processo encaminhado à CODESP deverá ser instruído seguindo o roteiro básico aprovado pela Deliberação CODESP nº 77, de 13/05/10.

NOR - PRO - 102- 02 DISPENSA E INEXIGIBILIDADE

4.15. Envia o processo à Gerência de Infraestrutura e Logística ou órgão equivalente da Administração Direta e Indireta para a contratação.

GERÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA OU ÓRGÃO EQUIVALENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

4.16. Verifica opinamento da CODESP e efetua procedimentos descritos.

4.17. Segue procedimentos previstos para a contratação (NOR PRO 103).

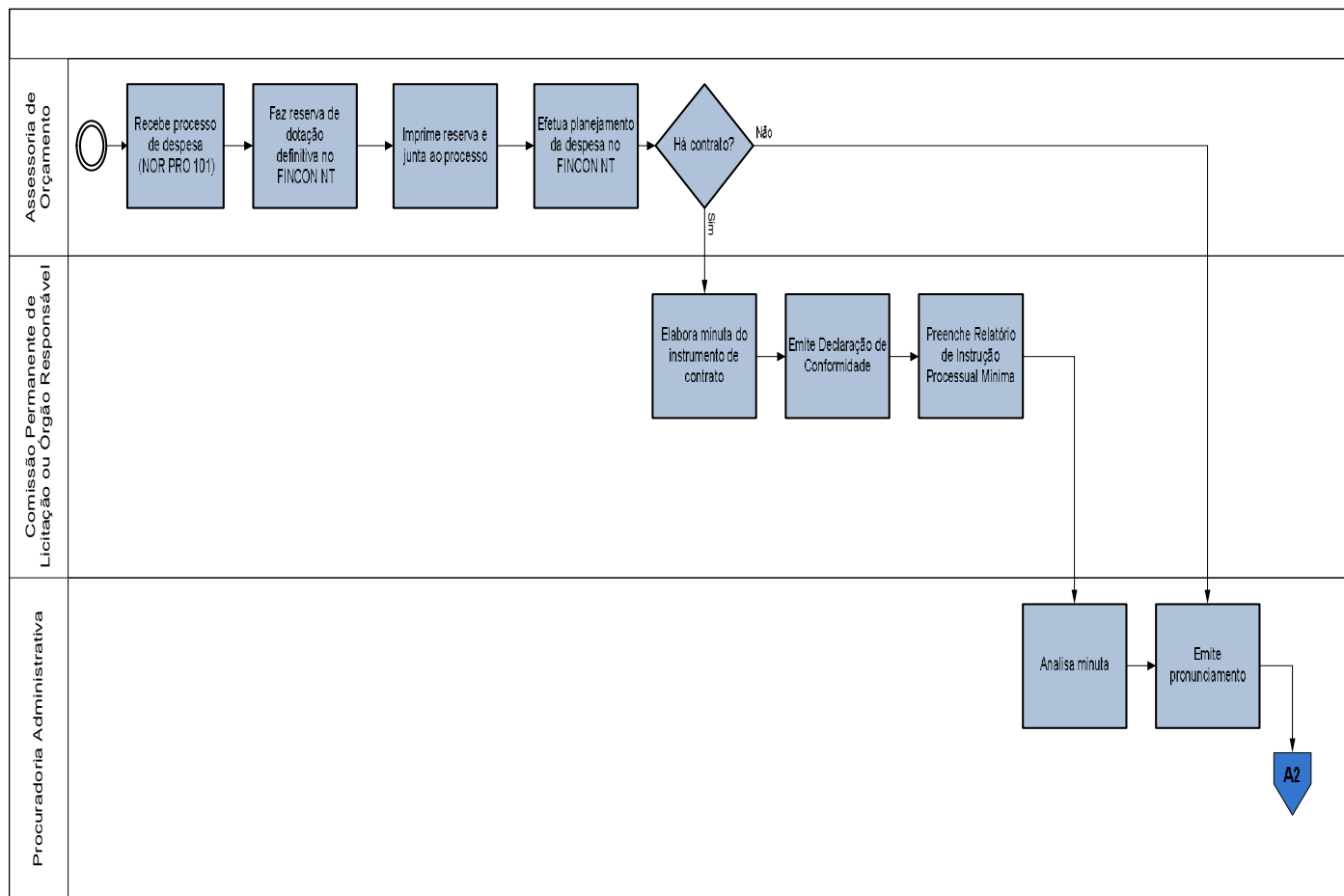
5. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e suas alterações – Licitações e Contratos Administrativos;
- Lei n.º 207, de 19/12/80 e suas alterações – Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – CAF;
- Decreto nº 3.221, de 18/09/81, republicado pelo Decreto n.º 15.350, de 06/12/96 e suas alterações – Regulamento Geral do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – RGCAF;
- Decreto nº 15.206, de 18/10/96 - Dispõe sobre critério de contratação de serviços de limpeza prestados para Órgãos da Administração Municipal Direta, Indireta e Fundacional.
- Decreto nº 16.125 - de 1º/10/97 - Dispõe sobre a contratação de serviços de limpeza e conservação e conservação no âmbito da Administração Direta, Indireta e Fundacional do Município do Rio de Janeiro.
- Decreto nº 17.064, de 09/10/98 – Dispõe sobre critérios para realização de despesa nos limites estabelecidos no Parágrafo único do Artigo 24 da Lei nº 8.666/93;
- Decreto nº 20.399, de 10/08/01 – Dispõe sobre Contratos, Convênios e Ajustes no Exercício de 2001 – Altera a redação do art. 397 do RGCAF;
- Decreto nº 20.483, de 29/08/01 – Módulo de Execução Orçamentária – FINCON NT;
- Decreto nº 21.783, de 23/07/02 – Comprovantes de exclusividade nas contratações por Inexigibilidade;
- Decreto nº 23.814, de 15/12/03 e suas alterações – Institui novos Modelos de Minutas-Padrão;
- Decreto nº 24.950, de 15/12/04 – Estrutura Administrativa da Procuradoria Geral do Município;
- Decreto nº 27.067, de 26/09/06 – Redefine o Sistema Municipal de Orçamento, no âmbito do Poder Executivo Municipal;

NOR - PRO - 102- 02 DISPENSA E INEXIGIBILIDADE

- Decreto nº 30.648, de 05/05/09 - Redefine o funcionamento do Sistema Municipal de Informática e a Política de Informática no âmbito do Poder Executivo Municipal, e dá outras providências;
- Decreto nº 31.606, de 18/12/09 – Inclui minutas-padrão no rol que menciona e dá outras providências;
- Decreto nº 31.614, de 18/12/09 - Revoga o Decreto nº 23.265 de 11/08/03, sistematiza e consolida as diretrizes e a regulamentação aplicáveis ao treinamento de servidores da Administração Municipal e dá outras providências;
- Decreto nº 32.161, de 20/04/10 – Dispõe sobre a obrigatoriedade do encaminhamento à Comissão de Programação e Controle da Despesa – CODESP, dos processos que envolvam despesas com pessoal e relativos a convênios, prestação de serviços e contratos de gestão e dá outra providências.
- Decreto nº 36.680, de 1º/01/13 – Altera o caput do artigo 1º do Decreto nº 32.161, de 20/04/10.
- Resolução CGM nº 341, de 31/08/01 – Normas complementares ao Decreto nº 20.483, de 29/08/01 – FINCON NT;
- Resolução PGM nº 675, de 04/05/10 - Estabelece o modelo de Relatório de Instrução Processual Mínima, nos termos do §1º do artigo 2º do Decreto nº 31.606, de 18/12/09;
- Deliberação nº 183, de 12/09/11, do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro – TCMRJ - Aprova o Regimento Interno do tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro;
- Deliberação CODESP nº 77, de 13/05/10 - Dispõe sobre a instrução dos processos encaminhados à Comissão de Programação e Controle da Despesa - CODESP e dá outras providências;
- Deliberação CODESP nº 86, de 05/07/2013 - Regulamenta o art. 3º do Decreto nº 32.161, de 20/04/10;
- Portaria “N” nº 131, de 11/06/10 – Dispõe sobre a padronização dos Termos de Referência para contratações de bens e serviços relacionadas à Tecnologia de Informação.

Fluxograma 102- 02 DISPENSA E INEXIGIBILIDADE



Fluxograma 102- 02 DISPENSA E INEXIGIBILIDADE

